

CONCURSO PÚBLICO



ACADEMIA DE POLÍCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CADERNO DE PROVAS		GABARITO A
CARGO	ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL	
CADERNO 13	ESPECIALIDADE/ÁREA DO CONHECIMENTO: • DIREITO	
PROVAS:	• LÍNGUA PORTUGUESA • DIREITOS HUMANOS • NOÇÕES DE INFORMÁTICA • CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 60 (sessenta) questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Direitos Humanos, 10 de Noções de Informática e 10 de Conhecimentos Específicos. Confira-o.
2. Assinale na sua Folha de Respostas o tipo de sua prova: **Gabarito A ou Gabarito B.**
3. Esta prova terá, no máximo, 4 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
4. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
5. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
6. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com sua folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
7. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após 1 (uma) hora contada a partir do efetivo início das mesmas.
8. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
9. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.fumarc.org.br, dois dias depois da realização da prova.
10. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.



Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia com atenção o Texto 1 para responder às questões **01 a 05**:

TEXTO 1:

Manual de Policiamento Comunitário
Apresentação: Nancy Cardia

O policiamento comunitário, hoje em dia, encontra-se amplamente disseminado nos países economicamente mais desenvolvidos. Sem dúvida isso é uma conquista desses países, pois essa é a forma de policiamento que mais se aproxima das aspirações da população: ter uma polícia que trabalhe próxima da comunidade e na qual ela possa crer e confiar.

Acreditar e confiar na polícia são considerados elementos essenciais para que a polícia possa ter legitimidade para aplicar as leis, isto é, para a polícia ser percebida pela população como tendo um direito legítimo de restringir comportamentos, retirar a liberdade de cidadãos e, em casos extremos, até mesmo a vida.

Ter legitimidade para aplicar as leis significa poder contar com o apoio e a colaboração da população para exercer seu papel. Isso difere da falta de reação da população às ações da polícia, quer por apatia ou por medo, ou ainda, da reação daqueles que delinquem. Em qualquer um desses casos a reação da população já sugere que há um déficit de confiança na polícia.

Nos países economicamente mais desenvolvidos, a adoção do policiamento comunitário decorreu da constatação de que os modelos de policiamento em vigência não eram mais eficazes diante dos novos padrões de violência urbana que emergiram no fim dos anos 1960 e meados dos anos 1970. Ao longo desse período, cresceram, em muitos desses países, tanto diferentes formas de violência criminal como também manifestações coletivas (pacíficas ou não) por melhor acesso a direitos. O desempenho das polícias em coibir a violência criminal ou ao conter (ou reprimir) as manifestações coletivas adquiriu grande visibilidade e saliência, resultando em muitas críticas. Em decorrência disso, houve, em vários países, forte deterioração da imagem das forças policiais junto à população.

Uma pior imagem tem impacto na credibilidade da população na polícia. A falta ou baixa credibilidade afeta o desempenho da polícia no esclarecimento de delitos e, até mesmo, no registro de ocorrências. De maneira geral, quando não há confiança, a população hesita em relatar à polícia que foi vítima de violência ou, até mesmo, de fornecer informações que poderiam auxiliar a polícia a esclarecer muitos delitos.

O policiamento comunitário foi adotado nesses países como uma forma de melhorar o relacionamento entre a polícia e a sociedade. Para isso, procurou reconstruir a credibilidade e a confiança do público na polícia e, desse modo, melhorar o desempenho dela na contenção da violência urbana.

A adoção desse tipo de policiamento não só exige empenho das autoridades e da comunidade, mas, sobretudo, mudança na cultura policial: requer retreinamento dos envolvidos, alteração na estrutu-

ra de poder de tomada de decisão com maior autonomia para os policiais que estão nas ruas; alteração nas rotinas de administração de recursos humanos, com a fixação de policiais a territórios; mudanças nas práticas de controle interno e externo e de desempenho, entre outros. Essas mudanças, por sua vez, exigem também que a decisão de implementar o policiamento comunitário seja uma política de governo, entendendo-se que tal decisão irá atravessar diferentes administrações: o policiamento comunitário leva anos para ser totalmente integrado pelas forças policiais.

No Brasil, ocorreram, ao longo dos últimos 18 anos, várias tentativas de implementar o policiamento comunitário. Quase todas as experiências foram, nos diferentes Estados, lideradas pela Polícia Militar: a) em 1991, a Polícia Militar de São Paulo promoveu um Seminário Internacional sobre o Policiamento Comunitário, abordando os obstáculos para esse tipo de policiamento; b) em 1997, ainda em São Paulo, projetos piloto foram implantados em algumas áreas da capital; c) nessa mesma época, no Espírito Santo e em algumas cidades do interior do Estado, também houve experimentos com policiamento comunitário; o mesmo se deu na cidade do Rio de Janeiro, nos morros do Pavão e Pavãozinho, com a experiência do GEPAE.

Apesar de não ter havido uma avaliação dessas experiências, os relatos dos envolvidos, tanto de policiais como da população, revelam satisfação com o processo e com os resultados e insatisfação com o término das mesmas.

Ao longo desses últimos anos, a violência urbana continuou a crescer e passou a atingir cidades que antes pareciam menos vulneráveis - aquelas de médio e pequeno porte. Nesse período, a população continuou a cobrar das autoridades uma melhora na eficiência das polícias. Essa melhora não depende só das autoridades, depende também da crença que a população tem na polícia: crença que as pessoas podem ajudar a polícia com informações e que essas serão usadas para identificar e punir responsáveis por delitos e não para colocar em risco a vida daqueles que tentaram ajudar a polícia a cumprir seu papel.

Sem a colaboração do público, a polícia não pode melhorar seu desempenho e essa colaboração exige confiança. A experiência tem demonstrado que o policiamento comunitário é um caminho seguro para se reconstruir a confiança e credibilidade do público na polícia. [...]

Fonte: *Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança* [recurso eletrônico] / Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), 2009. p. 10.

QUESTÃO 01

É **CORRETO** afirmar sobre o texto 1:

- (A) O policiamento comunitário visa melhorar a aplicação da lei nas comunidades atendidas.
- (B) A violência diminuiu nos grandes centros urbanos e aumentou nas cidades de médio e pequeno porte.
- (C) É necessária uma mudança de paradigma das autoridades policiais, para que ocorra uma rápida integração com a administração pública.
- (D) Entre as consequências da falta de credibilidade na polícia por parte da comunidade, está o medo de fornecer informações e de registrar crimes sofridos.

QUESTÃO 02

De acordo com o texto 1, a adoção de modelos de policiamento comunitário foi decorrente, **EXCETO**

- (A) das fortes críticas à atuação policial.
- (B) do surgimento de novos padrões de violência.
- (C) da falta de reação da população às ações da polícia.
- (D) da necessidade de resgatar a confiança da comunidade na polícia.

QUESTÃO 03

Espera-se como consequências diretas do policiamento comunitário, **EXCETO**:

- (A) Parceria no levantamento de informações.
- (B) Aproximação da polícia com a comunidade.
- (C) Legitimação das ações policiais de repressão.
- (D) Maior autonomia no poder de decisão do policial.

QUESTÃO 04

O tipo textual predominante é DISSERTATIVO. Marque a alternativa que **NÃO** justifica essa afirmativa.

- (A) Observa-se progressão de fatos e sequência narrativa.
- (B) Parte da argumentação estrutura-se na relação causa e consequência.
- (C) Há afirmações consistentes, sustentadas pelos exemplos apresentados.
- (D) Indicações de fatos passados estão relacionadas como elementos comparativos.

QUESTÃO 05

Leia o trecho a seguir, observando o emprego dos sinais de pontuação.

No Brasil, ocorreram, ao longo dos últimos 18 anos, várias tentativas de implementar o policiamento comunitário. Quase todas as experiências foram, nos diferentes Estados, lideradas pela Polícia Militar: a) em 1991, a Polícia Militar de São Paulo promoveu um Seminário Internacional sobre o Policiamento Comunitário, abordando os obstáculos para esse tipo de policiamento; b) em 1997, ainda em São Paulo, projetos piloto foram implantados em algumas áreas da capital; c) nessa mesma época, no Espírito Santo e em algumas cidades do interior do Estado, também houve experimentos com policiamento comunitário; o mesmo se deu na cidade do Rio de Janeiro, nos morros do Pavão e Pavãozinho, com a experiência do GEPAE.

Quanto à pontuação do trecho, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) Houve apenas uma ocorrência de vírgula para separar oração reduzida de infinitivo.
- (B) Em todos os períodos, houve o emprego de vírgulas para separar adjuntos adverbiais.
- (C) O ponto e vírgula foi empregado para separar orações de caráter sequencial e enumerativo.
- (D) O termo deslocado “nos diferentes Estados” está entre vírgulas, para permitir a retomada da locução verbal.

QUESTÃO 06

Uma companhia aérea lançou o seguinte slogan: “Às vezes, um pouquinho a mais faz muita diferença”. (Veja, set. 2012). A figura de linguagem presente nesse slogan é

- (A) Eufemismo.
- (B) Antítese.
- (C) Ironia.
- (D) Hipérbole.

QUESTÃO 07

Sobre ofícios e memorandos, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais por órgãos da administração pública.
- (B) Destinatário, assunto, local e data são itens comuns a ofícios e memorandos.
- (C) O memorando é uma correspondência de caráter eminentemente externo.
- (D) O ofício pode ser redigido pelo serviço público para particulares.

QUESTÃO 08

A frase em que a regência fere o padrão culto da língua é:

- (A) Assisti ao espetáculo do grupo de dança.
- (B) Os trabalhadores rurais moram longe da refinaria.
- (C) Este programa não é compatível com esse computador.
- (D) Os motoboys são responsáveis pelas entregas a domicílio.

QUESTÃO 09

Quanto à concordância com o pronome de tratamento, a estrutura **CORRETA** é:

- (A) Informo a V. Sa. que vosso prazo está expirado.
- (B) Requeiro a V. Exa. o seu parecer consubstanciado.
- (C) Solicito a V. Exa. que manifesteis sobre a sentença.
- (D) Encaminho o ofício a V. Sa. e aguardo vossas sugestões.

QUESTÃO 10

Quanto à semântica da frase, há **inadequação** em

- (A) O juiz já expediu o mandado desde ontem.
- (B) O policial lembrou a inflação cometida pelo acusado.
- (C) A docente agia com discrição a fim de proteger o discente.
- (D) A retificação do endereço não foi suficiente para reverter a situação.

PROVA DE DIREITOS HUMANOS**QUESTÃO 11**

A Constituição Federal de 1988 inova ao realçar uma orientação internacionalista no campo dos princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais. Tal orientação está contida nos seguintes princípios, **EXCETO**:

- (A) Não intervenção.
- (B) Autodeterminação dos povos.
- (C) Prevalência dos direitos humanos.
- (D) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

QUESTÃO 12

A Constituição Federal de 1988 institui o princípio da aplicabilidade imediata das normas que traduzem direitos e garantias fundamentais. Tal princípio intenta, **EXCETO**:

- (A) assegurar a força dirigente e vinculante dos direitos e garantias de cunho fundamental.
- (B) ressaltar apenas que os direitos e garantias se aplicam independentemente da intervenção legislativa.
- (C) tornar os referidos direitos e garantias prerrogativas diretamente aplicáveis pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (D) sublinhar que os direitos e garantias valem diretamente contra a lei, quando esta estabelece restrições em desconformidade com a Constituição.

QUESTÃO 13

Considerando o art. 5º da Constituição Federal de 1988, **NÃO** é correto o que se afirma em:

- (A) A instituição do júri é reconhecida, com a organização que lhe der a lei.
- (B) Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX.
- (C) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado a qualquer tempo, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (D) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

QUESTÃO 14

Sobre a nacionalidade, dispõe o § 3º do art. 12 da Constituição Federal de 1988 que são privativos de brasileiro nato os seguintes cargos, **EXCETO** de

- (A) Presidente e Vice-Presidente da República.
- (B) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) Ministro da Justiça.
- (D) Ministro do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 15

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a

- (A) soberania.
- (B) não intervenção.
- (C) independência nacional.
- (D) igualdade entre os Estados.

QUESTÃO 16

É crime imprescritível nos termos da Constituição Federal de 1988

- (A) o terrorismo.
- (B) a prática da tortura.
- (C) a prática do racismo.
- (D) o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

QUESTÃO 17

Sobre a nacionalidade, nos termos do art. 12 da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- (B) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (C) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (D) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

QUESTÃO 18

Muitos dos princípios nos quais o Direito Internacional dos Direitos Humanos está baseado relacionam-se à necessidade de assegurar que não apenas as violações cessem, mas que a justiça seja feita em relação a ambos, vítimas e perpetradores. Estes princípios **NÃO** incluem o direito

- (A) a uma indenização apropriada.
- (B) à responsabilização e à punição dos autores.
- (C) a medidas que facilitem a reabilitação da vítima.
- (D) de escolha sobre a penalidade, se privativa de liberdade ou pecuniária.

QUESTÃO 19

Segundo as disposições da Constituição Federal de 1988, é condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de

- (A) Dezoito anos para vereador.
- (B) Vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.
- (C) Trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República.
- (D) Trinta anos para Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.

QUESTÃO 20

Conceder-se-á *habeas data* nos termos do inciso LXXII do art. 5º da Constituição Federal

- (A) para assegurar o conhecimento de informações relativas à família do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades exclusivamente governamentais.
- (B) para a retificação de dados, quando não se prefera fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- (C) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 21

A janela “**Marcadores e numeração**” do Microsoft Word, versão português do Office 2003, é acionada a partir do menu:

- (A) Exibir.
- (B) Inserir.
- (C) Formatar.
- (D) Ferramentas.

QUESTÃO 22

São opções de formatação disponíveis na janela “**Colunas**”, acionada pelo menu “Formatar” → “Colunas...” no Microsoft Word, versão português do Office 2003, **EXCETO**:

- (A) Número de colunas.
- (B) Linha entre colunas.
- (C) Bordas e sombreamento.
- (D) Colunas de mesma largura.

QUESTÃO 23

Em relação às opções do item de menu “Dados” → “Importar dados externos” do Microsoft Excel, versão português do Office 2003, correlacione as colunas a seguir, numerando os parênteses:

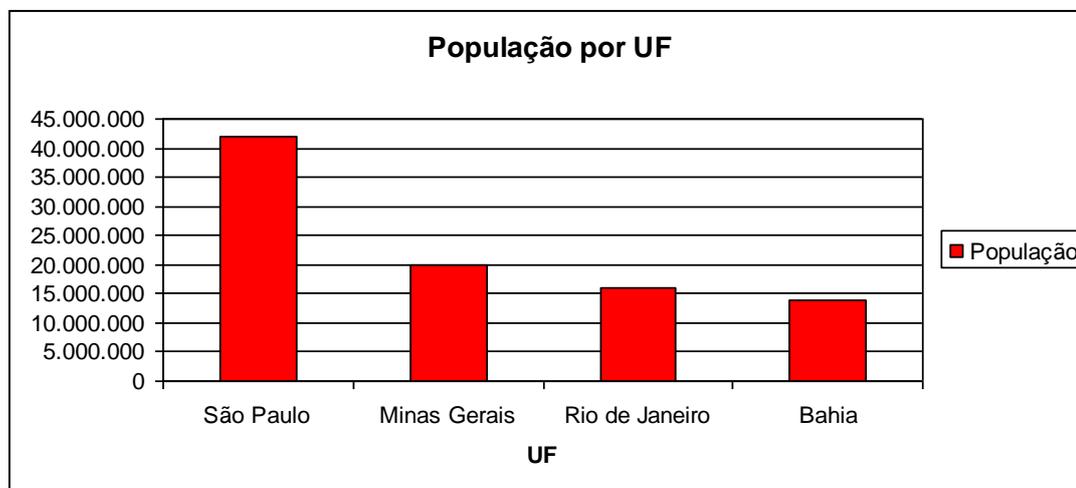
Ícone	Opção
I. 	() Importar dados...
II. 	() Nova consulta à Web...
III. 	() Nova consulta a banco de dados...
IV. 	() Propriedades do intervalo de dados...

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) II, III, I, IV.
- (B) II, III, IV, I.
- (C) III, II, I, IV.
- (D) IV, III, II, I.

QUESTÃO 24

Considere o gráfico a seguir do Microsoft Excel, versão português do Office 2003.



Sobre o gráfico, analise as seguintes afirmativas.

- I. População é uma “Série” do gráfico.
- II. O gráfico é do tipo “Barras”.
- III. Os nomes das unidades federativas são rótulos do eixo X.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 25

Sobre os **tipos de diagramas** disponíveis através da opção de menu “Inserir” → “Diagrama...” do Microsoft PowerPoint, versão português do Office 2003, analise as seguintes afirmativas.

- I. O ícone  representa um Diagrama de ciclo.
- II. O ícone  representa um Diagrama de Venn.
- III. O ícone  representa um Diagrama radial.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

QUESTÃO 26

Em relação à estrutura básica dos diretórios do sistema operacional Linux, correlacione as colunas a seguir, numerando os parênteses:

Diretório	Finalidade
I. /boot	() Contém arquivos para acessar periféricos.
II. /dev	() Contém os diretórios dos usuários.
III. /lib	() Contém arquivos necessários para a inicialização do sistema.
IV. /home	() Contém bibliotecas compartilhadas por programas.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) I, III, II, IV.
- (B) II, III, I, IV.
- (C) II, IV, I, III.
- (D) III, IV, I, II.

QUESTÃO 27

Aplicações que capturam pacotes da rede e analisam suas características, também conhecidas como “farejadores” de pacotes, são

- (A) Banners.
- (B) Worms.
- (C) Spiders.
- (D) Sniffers.

QUESTÃO 28

Sobre os sistemas de criptografia, analise as seguintes afirmativas:

- I. Nos sistemas de criptografia baseados em chave secreta, todas as partes envolvidas devem possuir a chave para codificar e decodificar mensagens.
- II. PGP ou *Pretty Good Privacy* é um software de criptografia multiplataforma de alta segurança utilizado para troca de mensagens eletrônicas.
- III. Nos sistemas de criptografia baseados em chave pública, a chave privada deve ser conhecida por todas as partes envolvidas para codificar ou decodificar mensagens.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 29

Em relação aos botões de comando do Internet Explorer 7, versão português, correlacione as colunas a seguir, numerando os parênteses:

Ícone	Opção
I. 	() Página inicial
II. 	() Adicionar a favoritos
III. 	() Atualizar
IV. 	() Configurações

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) II, I, IV, III.
- (B) III, I, II, IV.
- (C) IV, II, I, III.
- (D) IV, I, II, III.

QUESTÃO 30

Todas as afirmativas sobre os componentes fundamentais de um computador estão corretas, **EXCETO**:

- (A) Memória Principal é o componente interno à UCP, responsável pelo armazenamento de dados.
- (B) Barramento é o caminho físico pelo qual os dados são transferidos entre os componentes do sistema de computação.
- (C) Unidade Central de Processamento (UCP) é o componente responsável pela manipulação direta ou indireta dos dados.
- (D) Unidade Lógica e Aritmética (ULA) é o componente da UCP responsável por realizar as operações aritméticas ou lógicas.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

Em um procedimento licitatório, na modalidade de concorrência e de tipo menor preço, o licitante X apresenta a seguinte proposta de preço para o bem a ser adquirido pela Administração Pública: “valor 10% (dez por cento) menor do que o da menor proposta apresentada pelos demais licitantes.”

Na hipótese, a proposta do licitante X deverá ser

- (A) classificada em primeiro lugar.
- (B) desclassificada por ilegalidade.
- (C) desclassificada por apresentar preço irrisório ou incompatível com o mercado.
- (D) inabilitada por descumprimento da qualificação econômico-financeira exigida no edital.

QUESTÃO 32

Após realizar processo licitatório, determinado Município delega ao vencedor do certame, mediante concessão de serviço público, a prestação de serviço de saneamento público e de tratamento e fornecimento de água à população.

Na hipótese, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) A modalidade licitatória utilizada foi definida de acordo com o valor estimado do contrato.
- (B) Entre outras hipóteses de extinção, a concessão poderá ser rescindida unilateralmente pelo Município.
- (C) O concessionário exerce o serviço delegado em seu nome, por sua conta e risco e como detentor de sua titularidade.
- (D) Consubstanciando hipótese de delegação, a relação mantida entre o Município e o concessionário apresenta natureza unilateral.

QUESTÃO 33

Determinado Estado da Federação institui regime de previdência complementar para os seus servidores efetivos. É **CORRETO** afirmar que, como decorrência da medida,

- (A) os servidores públicos do Estado, ocupantes de cargo efetivo, passarão para o Regime Geral de Previdência Social.
- (B) os servidores públicos do Estado que ingressarem após a instituição da previdência complementar estarão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social.
- (C) apenas os servidores que optarem pelo regime de previdência complementar poderão aposentar com proventos integrais pelo regime especial de previdência do servidor estadual.
- (D) os servidores vinculados ao regime de previdência complementar terão seus proventos e pensões sujeitos aos limites máximos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.

QUESTÃO 34

Entre as normas da Constituição do Estado de Minas Gerais sobre administração pública e servidor público, **NÃO** se inclui:

- (A) A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada na forma de subsídio.
- (B) É vedada a delegação de poderes ao Executivo para a criação, extinção ou transformação de entidade da administração indireta.
- (C) Excetuados os atos discricionários, o agente público motivará o ato administrativo que praticar, explicitando-lhe os fundamentos legal e fático e a finalidade.
- (D) Nas entidades da administração indireta, pelo menos um cargo ou função de confiança da direção superior será provido por servidor ou empregado público de carreira da respectiva instituição.

QUESTÃO 35

O edital de determinada licitação na modalidade de pregão, realizada no âmbito de uma Secretaria de Estado de Minas Gerais, estabelece as seguintes exigências para os licitantes:

- 1 – pagamento de taxa para interposição de recurso;
- 2 – obrigação de aquisição do edital como condição para participar da licitação;
- 3 – prestação de garantia da proposta.

Na hipótese, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) apenas a exigência de número 1 é legal.
- (B) apenas a exigência de número 2 é legal.
- (C) apenas as exigências de números 1 e 3 são legais.
- (D) todas as exigências são ilegais.

QUESTÃO 36

Relativamente aos integrantes dos órgãos da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar que a remoção

- (A) não se aplica ao Delegado de Polícia.
- (B) não se aplica ao policial em estágio probatório.
- (C) dá-se de um município para outro, entre outras hipóteses, mediante permuta.
- (D) é vedada, em face da prerrogativa da inamovibilidade constitucionalmente garantida àqueles agentes públicos.

QUESTÃO 37

Sobre organização Político-Administrativa da República Federativa do Brasil, repartição de competências, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) Ao Distrito Federal, em razão da vedação à sua divisão em municípios, foram outorgadas, em regra, as competências legislativas, tributárias e administrativas dos estados e municípios.
- (B) O legislador constituinte adotou como critério ou fundamento para repartição de competências entre os diferentes entes federativos o denominado princípio da predominância do interesse.
- (C) O traço característico da repartição horizontal é a existência de uma relação de subordinação entre os níveis de atuação atribuídos aos diferentes entes federados quanto às matérias situadas em seu âmbito.
- (D) A repartição vertical de competência legislativa, em que diferentes entes federados poderão, de forma legítima, legislar sobre as respectivas matérias, deve obedecer a um conjunto de regras previstas na Constituição Federal de 1988, dentre elas, cabendo à atuação da União a fixação de normas gerais.

QUESTÃO 38

A tendência moderna é de elaboração de Constituições analíticas ou prolixas, repletas de normas pormenorizadas, sobre as mais diferentes matérias. Esse inchamento das Constituições fez com que a doutrina estabelecesse uma classificação, levando-se em conta a estrutura normativa do Texto Magno.

Sobre os chamados “elementos da Constituição”, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Elementos limitativos: são os que se acham consubstanciados nas normas que estabelecem regras de aplicação das normas constitucionais, assim, o preâmbulo, o dispositivo que contém as cláusulas de promulgação, as disposições constitucionais transitórias e as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais que têm aplicação imediata.
- (B) Elementos orgânicos: que se contêm nas normas que regulam a estrutura do Estado e do poder, que se concentram, predominantemente, nos seguintes Títulos: Da Organização do Estado; Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo; Das Forças Armadas e da Segurança Pública e Da Tributação e do Orçamento.
- (C) Elementos socioideológicos: que se manifestam nas normas que consagram o elenco dos direitos e garantias fundamentais.
- (D) Elementos formais de aplicabilidade: consagrados nas normas destinadas à solução de conflitos constitucionais, à defesa da Constituição, do Estado e das instituições democráticas.

QUESTÃO 39

Em decisão recente, proferida em sede de Controle de Constitucionalidade sobre o tema “Precatório”, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de alguns parágrafos acrescidos pela Emenda Constitucional nº 62/2009 ao artigo 100 do Texto Maior.

Tendo em vista a decisão proferida pelo STF, a opção que **NÃO** contém traços de inconstitucionalidade é:

- (A) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
- (B) Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.
- (C) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para as requisições de pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.
- (D) No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

QUESTÃO 40

A expressão “processo legislativo” compreende o conjunto de atos realizados pelos órgãos competentes na produção das leis e outras espécies normativas indicadas diretamente pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Sobre o processo legislativo, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) Os atos normativos integrantes do processo legislativo previsto na Carta de 1988 são denominados de “normas primárias”, assim chamadas porque retiram sua validade diretamente da Constituição, ou seja, é o primeiro nível de normas derivadas da Constituição.
- (B) Na vigente Constituição, a iniciativa geral do processo legislativo compete concorrentemente ao Presidente da República, a qualquer deputado federal e senador, a qualquer comissão do Congresso Nacional, aos cidadãos por iniciativa popular e ao Procurador Geral da República.
- (C) A outorga de legitimação para a iniciativa das leis prevista na Constituição da República de 1988 é bastante ampla e democrática, pois abarca, além dos próprios cidadãos, órgãos dos três poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário –, além do Ministério Público, constituindo elemento importante na manutenção do equilíbrio e harmonia entre eles.
- (D) A iniciativa popular é um dos meios de participação direta do cidadão na vida do Estado, nos atos de governo, além do sufrágio universal, plebiscito e referendo.

QUESTÃO 41

Sobre a Ordem Econômica e Financeira tratada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) O constituinte privilegiou o modelo capitalista, porém, não se esqueceu da finalidade da ordem econômica, qual seja, assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, aproximando-se, assim, de um Estado absenteísta nos moldes do liberalismo.
- (B) A Ordem Econômica como esculpida no Texto Maior admite a intervenção do Estado no domínio econômico.
- (C) O Estado poderá intervir na ordem econômica de modo direto ou indireto. Na atuação direta, o próprio Estado atua na economia de um país, seja em regime de monopólio, seja de participação com as empresas do setor privado. Por sua vez, quando se identifica a atuação indireta, o Estado busca fazer prevalecer o princípio da livre-concorrência e evitar abusos como os decorrentes de cartéis e *dumping*.
- (D) O fundamento soberania esculpido na Constituição da República Federal do Brasil não significa uma blindagem na economia em relação ao capital estrangeiro, apenas garante-se a ideia de independência nacional.

QUESTÃO 42

A Constituição de 1988 agrupou, em um capítulo específico, disposições acerca do que denominou “Funções Essenciais à Justiça”. Sob essa rubrica, trata o texto constitucional do Ministério Público, da Advocacia Pública, da Defensoria Pública e da Advocacia privada. São, como afirma o próprio texto constitucional, pessoas ou órgãos que atuam perante o Poder Judiciário.

Acerca do tema “Funções Essenciais à Justiça”, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) A Emenda Constitucional 45/2004 criou o Conselho Nacional do Ministério Público, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
- (B) A Advocacia-Geral da União foi criada com o fim de afastar de vez o Ministério Público da União da função de advocacia da União, regime que vigorava na vigência da Constituição pretérita.
- (C) A Constituição Federal de 1988 consagra duas regras especiais aplicáveis aos advogados, no desempenho de suas funções: (I) o princípio da indispensabilidade do advogado; (II) a imunidade do advogado.
- (D) Em respeito à relevante função constitucional da Defensoria Pública de dar orientação jurídica e defesa, em todos os graus, aos necessitados, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que pode ser outorgada às defensorias públicas a atribuição de prestar assistência jurídica a servidores públicos, quando processados por atos praticados em razão do exercício de suas atribuições funcionais.

QUESTÃO 43

Em qual fase do *inter criminis* ocorre o arrependimento eficaz do agente?

- (A) Na fase dos atos preparatórios.
- (B) Depois de encerrada a fase de execução e antes da consumação.
- (C) Durante a realização dos atos executórios e antes da consumação.
- (D) Durante a realização dos atos preparatórios e antes do início da execução.

QUESTÃO 44

São causas de exclusão da culpabilidade, **EXCETO**:

- (A) Coação física absoluta.
- (B) Coação moral irresistível.
- (C) Estrito cumprimento do dever legal.
- (D) Embriaguez completa, proveniente de caso fortuito.

QUESTÃO 45

Adamastor, valendo-se de sua arma de fogo e agindo com *animus necandi*, deferiu diversos tiros contra sua vítima, com o firme propósito de atingi-la. Entretanto, mesmo após deflagrar todos os projéteis de sua arma, Adamastor, por erro na pontaria, não conseguiu acertar nenhum deles, razão pela qual a vítima saiu totalmente ilesa do evento criminoso.

Pelo exposto, é **CORRETO** afirmar que Adamastor

- (A) praticou o crime de tentativa de lesão corporal.
- (B) não praticou crime de tentativa de homicídio em razão da caracterização do crime impossível.
- (C) praticou o crime de homicídio na forma tentada, caracterizando-se a denominada tentativa perfeita.
- (D) praticou o crime de homicídio na forma tentada, caracterizando-se a denominada tentativa imperfeita.

QUESTÃO 46

Em relação à classificação jurídica do crime de corrupção passiva (art. 317 do CP), é **CORRETO** afirmar:

- (A) o objeto jurídico é o patrimônio público.
- (B) na modalidade “solicitar”, trata-se de crime comum.
- (C) na modalidade “receber”, trata-se de crime material.
- (D) o sujeito passivo é o particular que aceita a solicitação.

QUESTÃO 47

São elementos caracterizadores da culpa inconsciente, **EXCETO**:

- (A) Inobservância do cuidado objetivo.
- (B) Comportamento humano voluntário.
- (C) Produção de um resultado involuntário.
- (D) Assunção por parte do agente do provável resultado.

QUESTÃO 48

Em relação à interpretação da norma penal, é **CORRETO** afirmar:

- (A) O Direito Penal veda o uso da interpretação analógica em desfavor do réu.
- (B) O resultado da interpretação da norma penal necessariamente será declarativo.
- (C) A interpretação autêntica vincula o entendimento dos demais intérpretes e operadores do Direito Penal.
- (D) A interpretação gramatical ou literal é a única admitida em matéria penal em relação às normas penais incriminadoras.

QUESTÃO 49

São causas impeditivas ou suspensivas do curso do prazo prescricional, **EXCETO**

- (A) a incapacidade relativa do credor.
- (B) a existência de condição suspensiva.
- (C) o não vencimento do prazo da obrigação.
- (D) a ausência do país, em virtude de serviço público da União assumido pelo credor.

QUESTÃO 50

Considerando-se o que determina a lei específica, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a prescrição é irrenunciável.
- (B) o juiz pode reconhecer a prescrição de ofício.
- (C) a prescrição somente pode ser alegada em primeira instância.
- (D) os prazos de prescrição podem ser alterados por convenção das partes.

QUESTÃO 51

Com relação à morte presumida, as afirmativas são verdadeiras, **EXCETO**:

- (A) A sentença que decretar a morte presumida deve fixar a data provável do falecimento.
- (B) Será decretada a morte presumida quando for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (C) Será decretada a morte presumida após a decretação da ausência, desde que tenha ocorrido a abertura da sucessão provisória.
- (D) Será decretada a morte presumida se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

QUESTÃO 52

A mora *accipiendi* implica várias consequências, **EXCETO**:

- (A) imputa ao devedor isento de dolo a responsabilidade pela conservação da coisa.
- (B) subtrai do devedor isento de dolo a responsabilidade pela conservação da coisa.
- (C) obriga o credor a ressarcir as despesas empregadas com a conservação da coisa.
- (D) sujeita o credor da coisa a recebê-la pela estimação mais favorável ao devedor, se o seu valor oscilar entre o dia estabelecido para pagamento e o de sua efetivação.

QUESTÃO 53

São contratos reais, **EXCETO**:

- (A) o mútuo.
- (B) o depósito.
- (C) o comodato.
- (D) a compra e venda.

QUESTÃO 54

Com relação à formação dos contratos, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.
- (B) Considera-se celebrado o contrato no momento em que o proponente tomar conhecimento da aceitação do aceitante.
- (C) A aceitação vincula o aceitante ainda que, juntamente com ela, chegue ao conhecimento do proponente a retratação.
- (D) No tocante ao momento de celebração do contrato, foi adotada pelo Código Civil Brasileiro, como regra geral, a teoria da recepção.

QUESTÃO 55

NÃO se inclui na competência privativa da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais:

- (A) atividade de medicina legal e criminalística.
- (B) processamento e arquivo de identificação civil e criminal.
- (C) registro e licenciamento de veículo automotor e habilitação de condutor.
- (D) garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e das entidades públicas estaduais em geral.

QUESTÃO 56

Considere as seguintes afirmativas sobre o ato administrativo:

- I. A finalidade do ato administrativo é definida como seu fim imediato ou seu resultado prático.
- II. Competência, finalidade e forma são elementos vinculados ao ato administrativo.
- III. A justificativa para a emissão da vontade expressamente indicada no ato administrativo é o que se denomina motivo.

É **CORRETO** afirmar que

- (A) apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (B) apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (C) apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- (D) as afirmativas I, II e III são verdadeiras.

QUESTÃO 57

Impõe-se, legalmente, ao contratado pela Administração Pública o dever de, no caso de atraso de pagamento do preço contratual devido pela Administração Pública, aguardar até 90 dias para, então, exercer o direito de suspender a execução do contrato ou pleitear sua rescisão e indenização.

A hipótese tem fundamento

- (A) na natureza "*intuitu personae*" do contrato administrativo.
- (B) no poder de alteração unilateral da avença, que constitui prerrogativa da Administração Pública.
- (C) no princípio da manutenção da equação econômico-financeira aplicável ao contrato administrativo.
- (D) na aplicação parcial ou mitigada da cláusula da exceção do contrato não cumprido aos contratos administrativos.

QUESTÃO 58

Durante perseguição a um criminoso, veículo da Polícia Civil conduzido em alta velocidade colide com três automóveis particulares que trafegavam regularmente pela via pública, causando danos materiais a seus respectivos proprietários.

Na hipótese, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Impõe-se ao Estado o dever de indenizar com base na teoria da responsabilidade objetiva, segundo expressa previsão do ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) Não se impõe ao Estado o dever de reparar os danos, em face da excludente de responsabilidade caracterizada pelo estrito cumprimento do dever legal.
- (C) Não se impõe ao Estado o dever de indenizar, em face da excludente de responsabilidade civil representada pela imprevisibilidade e inevitabilidade do evento danoso.
- (D) Responderá o Estado pelo dever de indenizar os danos com base na teoria da culpa subjetiva, ou seja, desde que demonstrado que a operação policial ou, especificamente, as colisões tenham sido dolosas ou culposas.

QUESTÃO 59

Relativamente à disciplina legal das carreiras policiais civis do Estado de Minas Gerais, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) A hierarquia e a disciplina são valores de integração e otimização das atribuições dos cargos e competências organizacionais relativas às atividades de polícia civil e objetivam assegurar a unidade técnico-científica da investigação social.
- (B) Embora constitua instrumento de controle e eficácia dos atos operacionais, a hierarquia não autoriza imposições sobre o convencimento do servidor, desde que devidamente fundamentado, garantindo-lhe a autonomia nas respostas às requisições.
- (C) Sem prejuízo do necessário processo disciplinar, não há subordinação hierárquica entre o delegado de polícia, o médico-legista e o perito criminal.
- (D) As atribuições de seus cargos de provimento efetivo são consideradas próprias e típicas de Estado, apresentando natureza especial e caráter técnico e científico.

QUESTÃO 60

Possui legitimação ativa para o mandado de segurança coletivo

- (A) qualquer partido político legalmente constituído.
- (B) o Ministério Público, na defesa de direitos sociais e difusos.
- (C) o cidadão, relativamente a atos que importem dano ao erário.
- (D) a Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa de interesse de seus associados.

CONCURSO PÚBLICO

ACADEMIA DE POLÍCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL 03/2013

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	

13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

24	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	

37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	

49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	





Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG
(31) 3249-7400 - www.fumarc.org.br / fumarcoconcursos@pucminas.br